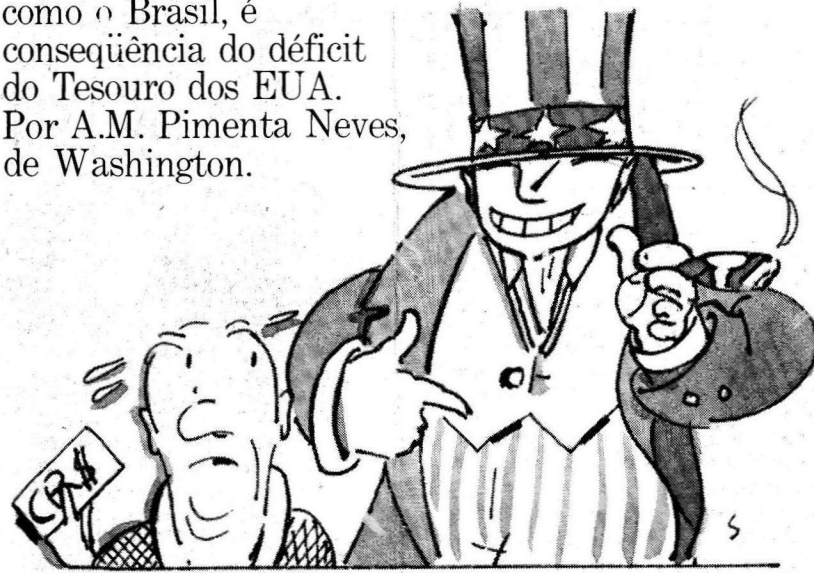


# Falta dinheiro. E a culpa é dos EUA, diz FMI.

Documento confidencial do FMI diz que a redução de empréstimos a países endividados, como o Brasil, é consequência do déficit do Tesouro dos EUA. Por A.M. Pimenta Neves, de Washington.



Se persistir, essa relação relativamente baixa comprometerá seriamente os esforços desenvolvimentistas desses países, limitando o espaço para ganhos em produtividade e renda real. Assim, recomenda o documento, esses países devem procurar obter um novo aumento dos recursos complementares do Exterior, desde que não comprometam a administração prudente do serviço da dívida externa.

Ao mesmo tempo, os altos custos dos empréstimos internacionais prejudicam as potenciais taxas de retorno para os investidores em ativos reais nos países em desenvolvimento. O próprio mercado interno, portanto, desestimula certo tipos de supridores de capital.

Afirmam os técnicos do FMI ser essencial que se restabeleça a confiança entre credores e devedores. Para isso, é necessário retificar o superendividamento gerado por muitos anos de elevados déficits de conta corrente.

Com um cenário eazóvel, de ajustamento gradual durante muitos anos, mediante políticas coerentes subordinadas a considerações de longo prazo, "a oferta de crédito aos países em desenvolvimento pode elevar-se à medida que diminua a demanda de crédito pelo governo dos Estados Unidos e de outros países industrializados".

## De onde viria o dinheiro

De qualquer maneira, os técnicos do FMI consideram indesejável o retorno ao financiamento farto que prevaleceu de 1974 a 1981, ainda que fosse possível. Tal fenômeno provavelmente provocaria uma nova rodada de ajustamentos perniciosos.

Se houver recuperação nos fluxos de capitais para os países em desenvolvimento, terá de vir princi-

palmente de um renascimento da confiança e das operações de empréstimos dos bancos privados, observa o documento.

— Os governos no mundo industrializado estão operando sob restrições orçamentárias que tornam improvável qualquer aumento marcante dos seus empréstimos, a despeito das necessidades urgentes de muitos países em desenvolvimento. Até mesmo a manutenção dos presentes níveis de financiamentos oficiais em termos reais pode ser difícil — afirma o FMI.

Assim, continua, é difícil vislumbrar qualquer aumento substancial na escala de fluxos de capital para os países em desenvolvimento sem a utilização ativa dos canais bancários privados. "É desnecessário dizer, contudo, que a utilização renovada daquele canal deve proceder em ritmo decididamente mais moderado do que nos anos 70 ou não poderá sustentar-se. Além disso, não pode absolutamente ocorrer se os emprestadores potenciais não confiarem nas políticas dos países tomadores."

Maior confiança nas políticas econômicas desses países também estimularia investimentos diretos, diz o FMI, acrescentando que tais fluxos tenderiam a facilitar a aquisição de tecnologia e de habilidade gerencial. Além disso, não produziriam a vulnerabilidade e rigidez associadas com as obrigações do serviço da dívida.

Os técnicos do FMI reconhecem, contudo, que não seria realista contar com o investimento direto como o principal meio para canalizar recursos para os países em desenvolvimento. Por causa disso, os analistas projetam uma expansão muito moderada de seu papel.

**D**ocumentos confidenciais do FMI, preparados para as reuniões ministeriais que se realizam em Washington esta semana, revelam que os recursos disponíveis para os países em desenvolvimento continuarão limitados se os Estados Unidos não diminuírem a absorção da poupança de outras nações industrializadas.

Mesmo que os países em desenvolvimento administrem satisfatoriamente suas economias, o acesso de muitos deles aos recursos financeiros externos ficará comprometido pela demanda de capitais provocada pelo déficits orçamentários norte-americanos, diz um dos documentos.

A emergência dos Estados Unidos como grande tomador de recursos internacionais não tem precedentes e é um traço dominante no presente padrão de movimentos globais de capital, afirmam os analistas do FMI. Em 1984, a absorção de poupanças excedentes de outros países industrializados pelos Estados Unidos miniaturizou a absorção total pelos países em desenvolvimento.

O que vai acontecer com os fluxos de capitais dependerá também em grande parte da habilidade e da disposição dos poupadores e dos investidores nos países industrializados de reassumir seu antigo papel de supridores líquidos de recursos nos mercados internacionais. Os fluxos recentes para os países em desenvolvimento foram muito menores do que nos anos 70 e muito diferentes na sua composição, observa um dos documentos.

Em 1984, o financiamento privado líquido cobriu só uma pequena fração do déficit de conta corrente dos países endividados "refletindo a relutância dos bancos comerciais

estrangeiros de fazer qualquer adição nos seus haveres em relação a muitos desses países. O financiamento veio, em vez disso, dos créditos oficiais a longo prazo, transferências oficiais e investimentos diretos. Essas fontes relativamente estáveis, que não foram grandemente afetadas pela crise da dívida, supriram fundos mais do que suficientes para cobrir um menor déficit agregado em conta corrente, permitindo substanciais acréscimos líquidos às reservas".

De 1977 a 1981, em contraste, os empréstimos privados, principalmente dos bancos comerciais, forneceram quase metade das quantias relativamente muito maiores requeridas naqueles anos para financiar os déficits de conta corrente e as reconstituições de reservas dos países em desenvolvimento endividados.

## Sem opção

O comportamento futuro desses fluxos será influenciado ainda pelas políticas seguidas pelos próprios países em desenvolvimento, afirma o FMI. "Por enquanto, e provavelmente por muitos anos, esses países não terão opção senão ajustar sua absorção de bens e serviços externos aos níveis ditados pelas suas receitas de exportação e os fluxos financeiros líquidos fortemente reduzidos que lhes permanecem disponíveis", diz um dos documentos confidenciais.

—No conjunto — prossegue o texto — esses fluxos líquidos são suficientes para cobrir no momento apenas 10% da formação bruta de capital dos países em desenvolvimento não petrolíferos, ainda que a relação entre investimento interno e PIB tenha sido reduzida para algo em torno do nível em que se encontrava em 1970.